

Ainda o acordo de investimento com a China



Ricardo Cabral

A Alemanha e a França levam a União Europeia a celebrar acordos e a tomar decisões em função dos seus interesses nacionais

Em artigos recentes publicados nas revistas *Politico* e *WirtschaftsWoche* são feitas críticas a Angela Merkel pelo acordo de princípio sobre o investimento celebrado com a China no final de 2020, acordo cujo teor é secreto.

O título escolhido para o artigo publicado a 12 de Janeiro pela segunda revista é revelador: “Um bom negócio secreto ou um jogo perigoso”.

Entre outros aspectos, são apontados nesses artigos que os restantes Estados-membros foram excluídos das negociações e, segundo a *WirtschaftsWoche*, a própria Comissão Europeia não estaria a par de condições especiais (i.e., acordos paralelos) oferecidos à França e à Alemanha. Em particular, as autoridades chinesas estariam disponíveis para atribuir à Deutsche Telekom uma licença para operar no mercado chinês.

O acordo em si já era importante para a indústria automóvel alemã e francesa, porque permitiria a empresas europeias desse sector maior liberdade e direitos em investimento directo para produção e comercialização de veículos eléctricos no mercado chinês.

Que dizer disto?

É tudo muito previsível! A Alemanha e a França beneficiam da União Europeia não somente porque lhes assegura um mercado com maiores economias de escala para os seus produtos, mas também porque lhes dá um maior poder negocial face a blocos económicos do resto do mundo, poder que não teriam como nações estado. Levam a União Europeia a celebrar acordos e a tomar decisões em função dos seus interesses nacionais, como o acordo com a China, a concretizar-se na actual forma, o parece demonstrar.

Estes são, evidentemente, jogos de soma zero, porque os restantes Estados-membros da União saem prejudicados destas alegadas vantagens, secretas, para as economias e empresas de alguns Estados-membros. Para além do referido acordo não facilitar as relações da UE com a nova Administração Biden.

É necessário saber dizer que este tipo de

negociações paralelas e secretas não é aceitável e exigir já contrapartidas para os restantes Estados-membros. Esperemos que a presidência portuguesa assuma a defesa da UE, em particular, dos países com economias mais pequenas e periféricas.

Como relançar a economia?

Todos esperávamos, há uns meses, que 2021 se iniciasse com a perspectiva de uma recuperação rápida e robusta da economia, perspectiva que infelizmente ficou para trás com o início de uma terceira vaga que já praticamente deixou o Serviço Nacional de Saúde sem capacidade de resposta.

Nestas condições, ao invés do enfoque em medidas de política para relançar a economia no curto e médio prazo, a tarefa prioritária do Governo continua a ser o combate à pandemia e aos seus efeitos nas famílias e empresas.

Mas é necessário, mesmo quando o país está sob um confinamento geral, definir medidas de política públicas para promover o crescimento da economia e do emprego. E, para surtirem efeito duradouro, essas medidas têm de se traduzir em despesa pública de carácter permanente.

É provável que, no actual contexto, o investimento privado se retraia e o desemprego aumente.

Pelo que, não obstante as dificuldades, compete ao Estado substituir-se aos privados assumindo o risco que estes, compreensivelmente, não estarão dispostos a assumir, promovendo um aumento do investimento e contribuindo directamente para a criação de emprego em áreas necessárias para o país.

Em suma, aparenta ser já necessário um Orçamento do Estado Rectificativo.

Decisões muito difíceis

A 13 de Janeiro, o primeiro-ministro anunciou ao país um confinamento geral durante um mês, menos drástico do que o realizado em Março e Abril de 2020. A diferença fundamental é a manutenção do ensino presencial do pré-escolar ao superior. Foi uma decisão certamente difícil atendendo aos custos económicos e sociais graves que implica.

Só que, face à situação no SNS, muito provavelmente, o confinamento terá de ser reforçado nos próximos dias.

A razão é simples. Quase todas as actividades económicas e sociais representam, umas semanas depois, novas infecções pelo SARS-CoV-2, que se traduzem em mais internamentos e mortes outras

semanas mais tarde.

Baltazar Nunes, do Instituto Ricardo Jorge, referiu que estima que, com confinamento geral, o encerrar escolas se traduziria na redução adicional de 0,1 pontos no índice de contágio do vírus (o Rt).

A confirmar-se um efeito dessa ordem de grandeza, tal significaria que se se encerrassem as escolas hoje, daqui a umas três semanas (20 dias segundo este estudo, com uma mediana de 10,5 dias) teríamos uma redução de cerca de 1100 novas infecções pelo SARS-CoV-2 por dia.

Sabemos também que, até à data, em média, cerca de 1,6% das pessoas que testaram positivo ao vírus SARS-CoV-2 acabaram por morrer. Pelo que, se as escolas encerrassem hoje e se tal tivesse de facto o efeito de reduzir o índice de contágio em 0,1 pontos, seria expectável que, umas semanas depois, uma redução de cerca de 17 mortes por dia.

Por outro lado, segundo um estudo preliminar recente que não foi ainda avaliado por outros cientistas, como os hospitais estão a ficar sem capacidade de internamento e sem camas de cuidados intensivos, o risco de morte dos pacientes covid-19 poderá aumentar de modo significativo.

Por conseguinte afigura-se que, para salvar vidas, uma vez mais, a educação presencial terá de ser interrompida até que o número de novas infecções baixe para um patamar substancialmente mais baixo.

Professor de Economia do ISEG. Escreve à segunda-feira



Os restantes Estados-membros da União saem prejudicados destas alegadas vantagens, secretas, para as economias e empresas de alguns Estados-membros

